



Recebido em
22-01-2019

Aprovado em
12-06-2019

Como citar este artigo

Neves, ALD; Sanna, MC. [Ensino da comunicação administrativa nos cursos de graduação em enfermagem da região sudeste do Brasil]. Hist enferm Rev eletrônica [Internet]. 2019; 10(1):31-43.

Ensino da comunicação administrativa nos cursos de graduação em enfermagem da região sudeste do Brasil

Teaching of administrative communication in nursing undergraduate courses in southeastern Brazil

La enseñanza de la comunicación administrativa en los cursos de graduación de la región sudeste de Brasil

Ana Lúcia Domingues Neves¹, Maria Cristina Sanna¹

¹ Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação. São Paulo, SP, Brasil.

RESUMO

Estudo histórico-documental que objetivou compreender as transformações ocorridas no ensino da comunicação administrativa nos cursos de graduação em enfermagem da região sudeste do Brasil entre 1994 e 2001. A análise temática dos programas das disciplinas resultou nas seguintes categorias de interpretação: Mudanças curriculares ocorridas a partir da atuação dos atores sociais envolvidos e da legislação da época; Conteúdos de disciplinas ministradas e Organização da disciplina Administração. A normatização do ensino desencadeou contínuas discussões entre docentes, discentes e dirigentes das escolas. Foram ensinadas as bases ideológicas e teóricas da comunicação e o ensino da comunicação administrativa foi fortalecido pelas disciplinas com o conteúdo de Informática aplicada à Saúde. Concluiu-se que as instituições de ensino foram resilientes frente às demandas regulatórias e que o ensino da comunicação administrativa ocupava lugar periférico, com seu conteúdo pulverizado em diversas disciplinas.

Descritores: História da Enfermagem; Educação em Enfermagem; Pesquisa em Administração de Enfermagem; Conhecimento; Currículo

RESUMEN

Estudio documental histórico cuyo objetivo fue comprender los cambios que se producen en la enseñanza de la comunicación administrativa en los cursos de graduación de la región sudeste de Brasil entre 1994 y 2001. El análisis temático de los programas sujetos resultó en las siguientes categorías de interpretación: los cambios curriculares se produjeron a partir el desempeño de los actores involucrados y la legislación de su tiempo; sujetos contenido que se enseña la disciplina y la organización de la administración. La estandarización de la enseñanza provocó discusiones en curso entre profesores, alumnos y directores de las

Autor correspondente

Ana Lúcia Domingues
Neves. R. Napoleão
de Barros, 754 - Vila
Clementino, São
Paulo, SP, Brasil. CEP:
04024-002. E-mail:
analudneves@gmail.com

escuelas. Las bases ideológicas y teóricas de la comunicación y la enseñanza de la comunicación administrativa fueron fortalecidas por las disciplinas con los contenidos de Informática aplicada. Se concluyó que las instituciones educativas han probado ser resistentes frente a los requisitos reglamentarios y que la enseñanza de la comunicación administrativa no tenía lugar central, con su contenido pulverizado en diversas disciplinas.

Descriptor: Historia de la Enfermería; Educación en Enfermería; Investigación en Administración de Enfermería; conocimiento; plan de estudios.

ABSTRACT

This documentary-historical study aimed to understand the changes that occurred in the teaching of administrative communication in nursing undergraduate courses in the Brazilian Southeast region between 1994 and 2001. The thematic analysis of the syllabus programs resulted in the following categories of interpretation: Curricular changes occurring from the performance of the social actors involved and the current legislation; Contents of subjects taught and Organization of the Administration discipline. The regulation of teaching has triggered continuous discussions among teachers, students and school leaders. The ideological and theoretical bases of communication taught and the teaching of administrative communication reinforced by the disciplines with the content of Informatics applied to Health. It concluded that educational institutions were resilient in front of regulatory demands and teaching of the administrative communication occupied peripheral place, with its content pulverized in several disciplines.

Descriptors: History of Nursing; Nursing Education; Research in Nursing Administration; Knowledge; Curriculum.

INTRODUÇÃO

A comunicação é objeto de estudo de diversos campos do saber, resultando em elaborações teóricas, investigações empíricas e tecnológicas⁽¹⁾. A palavra comunicação tem sua origem no latim “comunicare”, que tem como significado, colocar em comum através do entendimento das partes envolvidas e da compreensão do que é comunicado⁽²⁾.

É evidente a importância da comunicação em uma organização, pois os ruídos nela presentes, ou mesmo sua ausência, podem afetar negativamente a ação de um grupo de trabalho, levando a situações como perda de tempo no desenvolvimento dos projetos internos devido a informação não compartilhada e assertividade prejudicada⁽³⁾.

De fato, nas instituições de saúde o processo comunicativo é fator essencial para garantir que as atividades ocorram de maneira eficiente e eficaz, devendo acontecer constantemente, a fim de favorecer a compreensão necessária à condução das tarefas e, sobretudo, promover a motivação, a cooperação e a satisfação no trabalho⁽⁴⁾.

Esse fenômeno comunicativo nas organizações é chamado de comunicação organizacional e configura as diferentes modalidades comunicacionais que permeiam suas atividades, dentre elas a comunicação administrativa, que é aquela que se processa dentro da organização, no âmbito das funções administrativas, e que permite viabilizar o sistema organizacional por meio da confluência de fluxos e redes⁽⁵⁾. Esta é definida ainda como o processo de transmissão de informação entre um emissor e um receptor, direta ou indiretamente, envolvendo a organização e o desenvolvimento do serviço e pode ser entendida como comunicação gerencial ou organizacional⁽⁶⁾.

A aplicação dessa definição ao contexto das organizações de saúde permite considerar relevante vislumbrar um cenário de trabalho em enfermagem administrado por profissionais detentores de competências comunicativas, pois estas estão diretamente vinculadas ao sucesso dos processos de trabalho.

Existem variados meios de comunicação capazes de viabilizar a comunicação interna entre estes profissionais, atualmente, as organizações valem-se de veículos diferenciados, como meios orais diretos ou verbais: entrevistas, palestras e passagem de plantão; e meios orais indiretos: telefones, alto-falantes e similares⁽⁷⁾. Além disso, são empregados meios escritos: circulares, portarias, boletins, manuais organizacionais, relatórios, revistas, livros de ocorrências e documentos administrativos, entre outros⁽⁸⁾.

Os meios audiovisuais, também empregados nesse tipo de comunicação, são constituídos principalmente por vídeos institucionais e/ou de treinamentos, televisão corporativa e documentários. Os meios telemáticos são informações administrativas disseminadas por redes de computadores, tais como: formulários eletrônicos, intranet e terminais de computadores⁽²⁻⁵⁾.

Segundo Stefanelli⁽⁸⁾, comunicação é o denominador comum de todas as ações de enfermagem e influi na qualidade da assistência prestada, o que a torna, conseqüentemente, essencial na formação do enfermeiro, pois este deve adquirir conhecimentos e habilidades no campo da comunicação.

Dessa maneira, a comunicação administrativa acaba assumindo papel fundamental no trabalho de enfermagem, pois permeia o processamento das informações entre os membros da equipe de trabalho e possibilita a conexão entre as etapas do processo de trabalho. Além disso, esse tipo de comunicação favorece a transformação dos recursos disponíveis em produtos, serviços ou resultados, como objetiva o trabalho de uma maneira geral⁽⁹⁾.

Some-se a isso o fato de que a comunicação administrativa é vital para o funcionamento das instituições prestadoras de serviços de saúde e torna-se a chave do êxito da coordenação das atividades de enfermagem à medida que tende a diminuir conflitos e a permitir que se atinjam objetivos definidos, que transformam a realidade de trabalho⁽¹⁰⁾.

Nessa perspectiva, as organizações de saúde devem considerar o desenvolvimento efetivo de um sistema de comunicação interna por meio da interligação de todos os elementos da equipe, tanto os que informam como os que são informados, pois isso afeta diretamente a dinâmica da administração em Enfermagem, como coordenação dos recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos na prestação desse serviço.

Já no âmbito do ensino de Graduação em Enfermagem se discute os Processos de Trabalho em enfermagem, dentre eles, o Processo de Trabalho Ensinar em Enfermagem, no qual os principais instrumentos utilizados são teorias, métodos e recursos de ensino-aprendizagem, no caso em foco, sobre comunicação administrativa, utilizados com a finalidade de formar e treinar recursos humanos⁽¹¹⁾.

Nesse contexto, torna-se oportuno relacionar o ensino da comunicação administrativa com os conteúdos referentes ao ensino da Administração, pois este trata de conceitos fundamentais, necessários ao desenvolvimento de competências administrativas. Historicamente, a ênfase sobre o conteúdo de Administração na formação do enfermeiro se deu com o incentivo da Associação Brasileira de Enfermagem ao promover seminários com a participação de escolas, entidades de classe e instituições de saúde que culminaram na quarta reformulação curricular regulamentada com a promulgação do Parecer CFE Nº 314 de 1994, e que objetivou construir coletivamente um projeto educacional para a enfermagem brasileira⁽¹²⁾.

De acordo com Fernandes⁽¹³⁾, essa disposição tinha as seguintes propostas de alterações estruturais:

carga horária mínima de 3.500 horas; duração de quatro a seis anos letivos; estágio curricular de 500 horas, com duração de pelo menos dois semestres letivos e desenvolvido sob supervisão docente; e redimensionamento dos conteúdos das ciências humanas e biológicas⁽¹³⁾.

O mesmo autor reitera que dentre as modificações presentes nessa reformulação, estavam a definição do percentual da carga horária, distribuída da seguinte maneira pelos eixos temáticos: Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem (25%); Fundamentos de Enfermagem (25%); Assistência de Enfermagem (35%) e Administração em Enfermagem (15%).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394⁽¹⁴⁾, determinou mudanças na educação nacional que obrigavam à reestruturação dos cursos de graduação, causando a extinção dos currículos mínimos e a adoção de diretrizes curriculares específicas para cada curso. As de Enfermagem ficaram prontas no ano de 2001 e foram expressas na Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE) / Câmara de Educação Superior (CES) Nº 3, de 7 de Novembro de 2001, criada em atendimento aos preceitos legais, após longo processo de tramitação que se iniciara em 1988, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem⁽¹⁵⁾.

A instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (Resolução CNE/CES Nº 3, DE 7 DE Novembro de 2001)⁽¹⁵⁾ levou a alteração da disposição na grade curricular de 15% da carga horária para ensino da Administração, mas ainda reconhecia o ensino da administração como pode ser visto a seguir.

A esse propósito, é oportuno citar o Art. 4º dessas Diretrizes Curriculares Nacionais, ainda em vigor, que propõe no inciso V:

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde⁽¹⁶⁾.

Nessa perspectiva, considerando que o número de integrantes da equipe de enfermagem é significativo no ambiente organizacional e que a demanda de troca de informações entre estes exige a comunicação administrativa efetiva, e entendendo que o ensino da comunicação administrativa é fundamental para a formação do enfermeiro, torna-se relevante conhecer o que foi ensinado sobre a temática nos cursos de graduação em enfermagem, desde a partir de quando o conteúdo de Administração mereceu destaque na formação do enfermeiro, a fim de se entender as questões que envolvem a realidade dos processos de trabalho administrar e ensinar.

Por fim, partindo do pressuposto de que, no período de 1994 a 2001, o ensino do conteúdo sobre Administração em Enfermagem era favorecido devido à reserva de carga horária definida em 1994 e, portanto, que neste período havia maior possibilidade de se ensinar a comunicação administrativa nos cursos, e considerando que a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2001, trouxe mudanças a esse contexto acadêmico, resolveu-se estudar o assunto, em busca do entendimento do lugar que o conteúdo de comunicação administrativa ocupou na disciplina de Administração em Enfermagem no período compreendido entre essas duas mudanças na legislação de ensino.

MÉTODO

Estudo de natureza histórico documental, que teve o recorte temporal dimensionado entre os anos de 1994 e 2001. O critério empregado para a definição desses limites foi, respectivamente, a promulgação do último Currículo Mínimo para a Graduação em Enfermagem e a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

As fontes primárias do presente estudo foram os Projetos Políticos Pedagógicos de cinco escolas públicas da região Sudeste do Brasil nomeadas ESCOLA A, ESCOLA B, ESCOLA C, ESCOLA D e ESCOLA E, e seus respectivos Programas de Disciplinas, todos estes disponibilizados em fotocópias pelas referidas escolas. As fontes secundárias foram as publicações científicas em periódicos, teses, dissertações e anais de eventos científicos da área de Enfermagem e Comunicação, além de pareceres técnicos e decretos federais sobre o Ensino e Exercício da Enfermagem no país. O critério de escolha das escolas pesquisadas foi estabelecido a partir da identificação, por meio de busca bibliográfica, dos docentes que publicaram artigos científicos sobre a temática em estudo, no período declarado no recorte temporal.

Embora o estudo não envolvesse seres humanos não necessitasse seguir os requisitos da pesquisa com seres humanos no Brasil, para atender às normas da universidade em que o estudo foi desenvolvido, o projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que, após apreciação, o aprovou, conforme o Parecer CEP N°: 569.343.

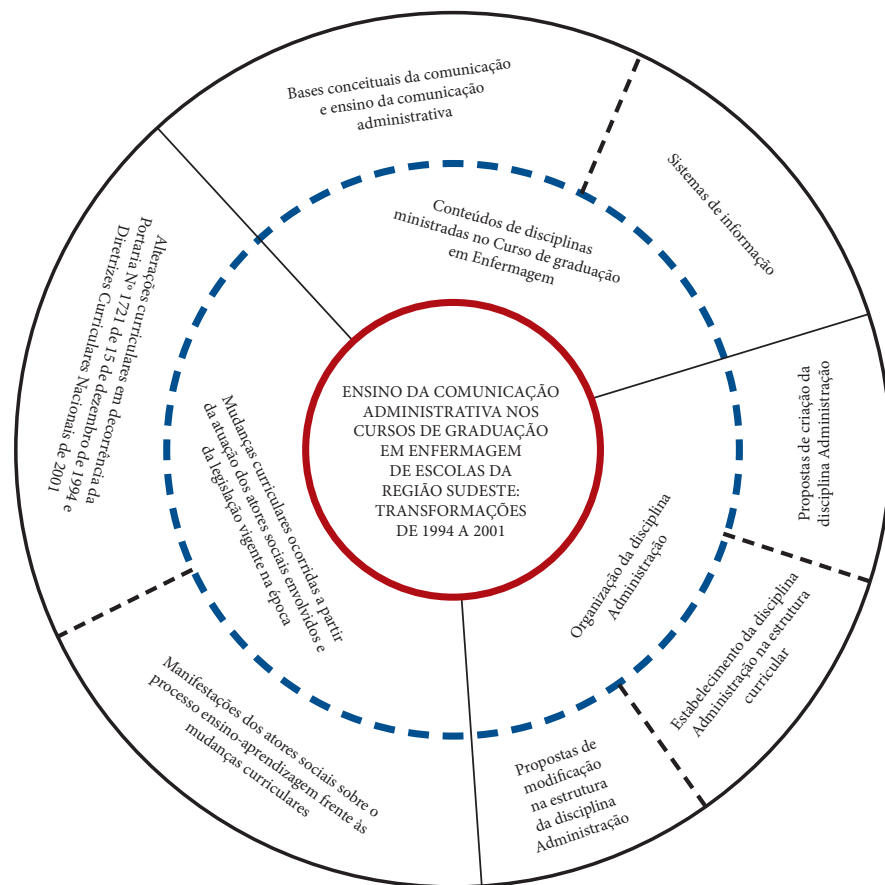
Após a leitura e a seleção dos documentos (Projetos Políticos Pedagógicos e seus respectivos Programas de Disciplinas) obtidos junto às escolas supracitadas, foi realizado o ordenamento de seu conteúdo em agrupamentos por similaridade e pertinência temática, e, posteriormente, a construção de categorias de interpretação, a saber: 1) Mudanças Curriculares Ocorridas a partir da Atuação dos Atores Sociais Envolvidos e da Legislação Vigente na Época, com as subcategorias: Manifestações dos Atores Sociais sobre o Processo Ensino-Aprendizagem frente às Mudanças Curriculares e Alterações Curriculares em Decorrência da Portaria 1721 de 15 de dezembro de 1994 e das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001; 2) Conteúdos de Disciplinas Ministradas no Curso de Graduação em Enfermagem, com as subcategorias, Bases Conceituais da Comunicação e Ensino da Comunicação Administrativa e Sistemas de Informação; e 3) Organização da Disciplina Administração com as subcategorias, Proposta de Criação da Disciplina Administração; Estabelecimento da Disciplina Administração na Estrutura Curricular e Propostas de Modificação na Estrutura da Disciplina Administração.

Por fim, buscou-se cotejar as categorias construídas, que respondiam ao objetivo proposto, com a literatura científica disponível sobre o tema, para a discussão dos achados.

RESULTADOS / DISCUSSÃO

Na descrição dos resultados, o olhar foi dirigido para o conjunto das mudanças desencadeadas pelas constantes discussões entre os atores sociais envolvidos no processo de implantação das novas proposições das legislações da Educação e que culminariam, posteriormente, com a implantação de novo currículo para o Curso de Graduação em Enfermagem, conforme representado na Figura 1.

Figura 1 – Representação das categorias e subcategorias de análises do estudo. São Paulo, janeiro de 2017



Categoria Mudanças curriculares ocorridas a partir da atuação dos atores sociais envolvidos e da legislação vigente na época

Subcategoria Manifestações dos atores sociais sobre o processo ensino-aprendizagem frente às mudanças curriculares

É possível perceber, na maior parte das escolas estudadas que, frente ao fenômeno das mudanças deflagradas pela promulgação das legislações de ensino, houve um padrão reativo dos atores sociais, destacando-se a Escola C, em específico momento, com papel proativo nessa história.

As reações foram manifestadas por discentes, docentes responsáveis por disciplinas e dirigentes, estes últimos representados pelos coordenadores de curso, secretário geral de curso, presidente da Comissão de Currículo, chefe de Departamento de Enfermagem, diretor da Faculdade de Medicina e diretora técnica acadêmica, todos protagonistas dessa história no período de abrangência do estudo. Suas intervenções se deram à medida que se fazia necessário modificar a organização escolar e a prática do ensino de Enfermagem, fatos estes identificados em cartas, pareceres técnicos, minuta, resoluções internas de cada escola que se encontravam anexadas nos Projetos Políticos Pedagógicos e foram redigidas pelos próprios atores sociais citados.

Tratava-se de personagens que acompanharam as transformações de maneira crítico-reflexiva, apontando, por exemplo, medidas de organização dos conteúdos, ampliação ou redução de carga horária e mudança da nomenclatura das disciplinas. Havia aqueles que, de maneira indireta, participaram redigindo registros que mudariam definitivamente a estrutura curricular, e houve atores do processo de ensino-aprendizagem que, diretamente atingidos por tais mudanças, traduziam suas percepções enquanto alunos e professores.

Tal manifestação se deu pontualmente em algumas das escolas estudadas, como ocorreu quando a Comissão de Alunos de Enfermagem da Escola A se posicionou politicamente frente às situações que não eram de agrado do corpo discente. Eram manifestações relacionadas a alterações da carga horária de algumas disciplinas e estágios, bem como contra a existência de muitas “áreas verdes” – tempo livre, no primeiro ano do curso.

Um exemplo desse tipo de reação pôde ser apreciado no documento datado de 28 de março de 1996 – uma carta manuscrita emitida pela docente responsável pelas disciplinas Relacionamento Enfermeiro Paciente I, II e III à Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem da escola A, em que tal docente apontou como fundamental a manutenção da disciplina Relacionamento Enfermeiro Paciente I no primeiro ano do curso e posicionou-se, então, a favor da manutenção do que já era previsto no ensino de conteúdos básicos de comunicação, considerados essenciais à futura atuação prática do discente.

Essas ocorrências permitem afirmar que a atuação docente frente às propostas de mudanças de carga horária e/ou de conteúdos, especificamente de conteúdos dispersos ao longo do curso, não tinham como prioridade o processo ensino-aprendizagem e sim a propriedade desta ou daquela disciplina sobre determinado conteúdo. Parece estar evidente que a dispersão de conteúdos em vários períodos do curso e “polvilhado” em muitas disciplinas não era de agrado do corpo docente, levando a repercussões contra o preconizado naquele período de mudanças nas bases estruturais do ensino geradas pela promulgação da Portaria Nº 1721/94⁽¹⁶⁾.

Em suas manifestações sobre a condução do processo ensino-aprendizagem nas escolas em estudo, eles formalizaram opiniões sob a forma de solicitação, manifesto e até mesmo objeção clara, tornando-se perceptível a preocupação e vigilância constante destes frente à reestruturação do currículo e desenvolvimento do ensino, bem como com as definições do novo caminho a ser trilhado no ensino de Enfermagem.

Outros atores sociais bastante ativos em certas ocasiões foram os discentes, considerados, em muitos momentos, protagonistas dos episódios vivenciados naquela época, conforme identificado no achado em que a voz discente se fez ouvir por meio do Diretório Central dos Estudantes da Escola D. Nesse documento, os alunos externaram opinião favorável em relação ao descrito no Processo Nº 23071.014305/2000-79, que tratava de “criação e extinção de disciplinas”, ficando explícito que o Diretório Acadêmico foi consultado e deu o seu voto, influenciando na manutenção das condições para que o ensino de comunicação administrativa fosse preservado.

Outro segmento, constituído pelos dirigentes que emitiram oficialmente os registros das definições estabelecidas nas discussões, se fez perceber de maneira preponderante. Sua responsabilidade em atender às sucessivas normatizações legais os envolvia de maneira peculiar com as mudanças curriculares.

Frente a isso, torna-se oportuno tratar de analisar a influência das legislações que subsidiaram as manifestações de tais segmentos sociais. Inicialmente, abordar-se-á as mudanças previstas pela Portaria Nº1721, que estabeleceu alterações na estrutura curricular do curso de graduação em Enfermagem em 1994 e, ao final, as Diretrizes Curriculares Nacionais que, em 2001, provocaram mudanças paradigmáticas no contexto acadêmico vivenciado naquela época.

Subcategoria Alterações curriculares em decorrência da Portaria 1721 de 15 de dezembro de 1994 e das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001

As mudanças deflagradas pela promulgação das legislações de ensino repercutiram de maneira particular nas diferentes escolas pesquisadas. No entanto, a aprovação do novo currículo mínimo para os cursos de Enfermagem no Brasil, com a Portaria 1721/94 do MEC, ocorreu pela constatação expressivamente endossada pela corporação da Enfermagem, de que a legislação em vigor desde 1972 não permitia mais adequar o processo de formação do enfermeiro às transformações ocorridas na profissão⁽¹⁶⁾.

A aprovação do novo currículo mínimo com a Portaria 1721/94 do MEC atingiu a realidade das escolas e permitiu a efetivação do ensino dos conteúdos previstos nos programas das disciplinas daquele momento, inclusive da disciplina de Administração. Interessante notar que mesmo isso tendo ocorrido em um momento tenso provocado pelas mudanças na legislação que regulamentava o ensino, tudo se deu na presença de atores sociais que participaram ativamente do processo, conforme já referido, o que pode ter contribuído para o sucesso de sua efetivação.

No Ofício N° 418/95, de vinte e nove junho de 1995, emitido pela Pró-reitora de Graduação da Escola A, esta preconizou que, nesse período, a carga horária mínima prevista para o curso deveria ser considerada de acordo com o previsto na Portaria 1721, bem como o estágio ocorrer em um período não inferior a dois semestres letivos, ficando patente seu esforço para caminhar em direção às adaptações curriculares demandadas pela mudança da legislação que regulava o ensino. Aqui está anunciada a comunicação administrativa, pois há um comunicado da Pró-reitora de Graduação aos envolvidos no ensino em prol da regularização de legislação.

Assim, apesar de existirem exigências em relação à adequação do previsto na Portaria N° 1721, depreendeu-se, das palavras da Pró-reitora de Graduação da Escola A escritas no ofício citado, que o atendimento a alguns itens do Manual de Graduação poderia ser simplificado, mas respeitando, tanto quanto possível, a terminologia usada para as matérias e disciplinas do Currículo Mínimo.

Num olhar mais abrangente, pode-se constatar que nas cinco escolas selecionadas para a pesquisa, os documentos analisados evidenciaram esclarecimentos que tinham, ora caráter de formalização do prescrito pela nova legislação, ora de manifestação favorável às solicitações de adaptações ao preconizado pela Portaria N° 1721. Por exemplo, a Diretora Técnica Acadêmica da Escola A, solicitou esclarecimento de suas dúvidas referentes ao desenvolvimento do novo Currículo Mínimo no Curso de Graduação em Enfermagem, no tocante à carga horária do currículo mínimo a ser adotado e semestre do curso no qual o estágio curricular deveria ocorrer.

Sob o prisma da alteração curricular em decorrência da Portaria N° 1721 até então em vigor, no que tange ao objeto de estudo, a análise de outros registros oficiais mostrou evidências de que o ensino da comunicação administrativa, mesmo que de maneira periférica, estaria assegurado. Registre-se que pelo menos em três das escolas pesquisadas, a formalização da aprovação dos envolvidos nas mudanças era valorizada, com a conseqüente produção de registros e documentos correspondentes, o que demonstra o apreço dessas instituições pela comunicação administrativa.

Sobre esse aspecto encontrou-se, em um dos documentos examinados, que a Coordenação do Curso de Enfermagem da Escola D também apresentou indícios dessa burocratização e da conseqüente valorização da comunicação administrativa pois, na certidão emitida, notavam-se registros da adequação curricular à Portaria 721 já citada e que deveria entrar em vigor no primeiro semestre letivo de 1999.

Da análise das fontes obtidas emergiu, por fim, a constatação de que a “comunicação administrativa” estaria fortemente relacionada aos documentos enunciados, principalmente na Escola C, conforme se pôde observar no Parecer N° 012/95, que tratava da solicitação de revisão da soma da carga horária total do currículo e substituição do pré-requisito da disciplina Administração em Saúde, naquele curso. Ou seja, a comunicação administrativa pôde ser identificada neste trecho ao ser emitido/ comunicada a necessidade de adequação curricular aos envolvidos no ensino da Enfermagem.

Em resumo, as mudanças curriculares trouxeram avanços significativos no ensino da Enfermagem e estabeleceram, por parte dos docentes, um novo “fazer” em enfermagem, considerando a prática não só na especificidade de seus conteúdos, mas sobretudo, integrando-a à formação do enfermeiro como um todo. Altera assim a visão do entendimento da Enfermagem, seu processo de trabalho e de seus trabalhadores, passando a área de administração a compor o foco de debates e discussões dos rumos da categoria⁽¹⁷⁾.

Sob o enfoque das legislações que desencadearam as alterações curriculares em decorrência da aprovação no ano de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N° 9.394⁽¹⁴⁾, é preciso lembrar que a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) promoveu seminários neste período para discutir e estabelecer as diretrizes gerais para a educação em enfermagem, articulando os diversos níveis de formação⁽¹⁵⁾, pois muitos aspectos não mais atendiam às necessidades da sociedade.

As transformações foram se consolidando na Escola D que, dentre todas as envolvidas na pesquisa, apresentou maior número de evidências através de registros de articulações para a efetivação célere das prescrições legislativas das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001, o que corrobora também com a constatação da valorização do objeto de estudo - comunicação administrativa, por essa instituição.

A esse propósito, Vale e Guedes⁽¹⁸⁾ disseram que, ao contrário do previsto no Currículo Mínimo, que define cursos e perfis profissionais estáticos, as novas Diretrizes Curriculares lançavam possibilidades para as escolas de ensino superior formarem perfis adaptados às necessidades sócio-político-econômicas específicas da região em que se inseriam e aos valores que defendiam.

Por outro lado, um estudo⁽¹⁹⁾ publicado em 2006 refletiu acerca do ensino de enfermagem à luz das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação de Enfermagem e sua relação com as políticas de saúde e o mercado de trabalho, e concluiu que as mudanças curriculares no ensino de enfermagem no Brasil ao longo da História que antecedeu as DCN tiveram a preocupação com a adequação da formação do enfermeiro aos interesses do mercado de trabalho sem, ao menos, tentar inserir efetivamente o futuro enfermeiro nas transformações exigidas.

Nesse momento, é conveniente estabelecer que tal fato demarcou fim do recorte temporal estabelecido para o estudo e, frente a isso, passar-se-á para a análise da segunda categoria de resultados, que trata dos conteúdos de disciplinas ministradas no Curso de Graduação em Enfermagem.

Categoria Conteúdos de disciplinas ministradas no Curso de Graduação em Enfermagem Subcategoria Bases conceituais da comunicação e ensino da comunicação administrativa

Apresentado o panorama de inserção dos conteúdos nas disciplinas ministradas nos Cursos de Graduação em Enfermagem, torna-se relevante o entendimento da influência dos outros conteúdos programáticos também contemplados nesse ensino e que pareciam ter aproximação com o ensino da comunicação administrativa, conforme se pode ver a seguir.

Na maioria das instituições analisadas, havia registros testemunhando que as disciplinas que contemplavam o conteúdo de comunicação administrativa objetivavam instrumentalizar o aluno para atuar nos processos de trabalho administrar e/ou assistir, seja pelo ensino de bases conceituais de “comunicação” ou pelo ensino específico do conteúdo de comunicação administrativa, conforme se pôde observar na disciplina Introdução à Administração Aplicada à Enfermagem.

Nessa ocasião, a referida disciplina contemplou, no tópico “Estrutura Organizacional”, os seguintes conteúdos programáticos: “comunicação, regulamento, regimento, normas e rotinas que orientam o trabalho de enfermagem”. Nesse sentido pode-se descobrir que a disciplina deu destaque ao conteúdo sobre comunicação administrativa por “instrumentalizar o aluno a questionar a procedência de normas e rotinas e conduzi-lo à reflexão sobre a necessidade de adequação das mesmas”, como estava registrado em seu programa.

Essa abordagem de ensino na disciplina Administração Aplicada à Enfermagem se perpetuou até o ano de 2004, embora, no ano de 2001, houvesse ocorrido a redução da carga horária total dessa disciplina à metade da anterior, o que correspondia a 30 horas (dois créditos/aula). Provavelmente isso ocorreu devido à redistribuição dos 15% do total de carga horária antes cativos para o conteúdo de Administração entre outros conteúdos provavelmente assistenciais.

As últimas evidências corroboraram a existência, nas escolas selecionadas para a pesquisa, do ensino de comunicação administrativa estruturado de maneira vertical e que se posicionava, em determinados momentos, de maneira periférica na formação do enfermeiro. Em detrimento dessa condição, ao longo do tempo havia oscilações nos conteúdos ensinados e na carga horária, considerados reações naturais decorrentes das pressões exercidas para fazer frente às mudanças na legislação.

Nesse contexto, torna-se oportuno relacionar o ensino da comunicação administrativa com os conteúdos referentes às bases conceituais da comunicação, pois estas tratam de conceitos fundamentais, necessários ao desenvolvimento de competências administrativas, conforme observado nos registros do ano de 1998 da disciplina “Administração em Enfermagem” da Escola A. Muitos aspectos dessa

disciplina parecem corroborar o fato de que o ensino das bases conceituais de comunicação entrecruza, em momentos pontuais, o ensino da comunicação administrativa, conforme previsto na descrição do conteúdo programático a seguir: “Unidade V - Informação e Comunicação na Saúde: comunicação, teorias da comunicação e utilização dos meios de comunicação (folder, cartazes e imprensa)”, assim como no ementário que faz referência aos conceitos diretamente ligados às bases conceituais da comunicação: “Informação em Saúde: sistema, fluxo e métodos de informações”.

Percebeu-se que o ensino desse conteúdo frequentemente encontrava-se pulverizado em muitas disciplinas e impossibilitado de manter uma identidade forte, a ponto de desconsiderar-se o fato da existência de 15% da carga horária total do curso ser destinada ao processo de trabalho em que esse conteúdo é valorizado.

Fato corroborado por autores ao referirem que o enfoque disciplinar nos cursos de graduação é resultado de uma postura científica que promoveu a excessiva especialização e fragmentação, fato que resultou em alienação do ser humano. Em consequência, o conhecimento torna-se fragmentado pela própria estrutura universitária e isto torna a gestão um grande desafio ao enfermeiro inserido nesse universo⁽²⁰⁾.

Frente a isso, pode-se afirmar que o ensino de comunicação se caracterizou como oscilante, pois ora era protagonizado com alguma ênfase e ora figurava nebuloso. Isto significa que o conteúdo de comunicação administrativa estava pulverizado dentro de algumas disciplinas e em outras ele simplesmente não aparecia, o que não lhe agrega identidade e fragiliza a maneira como o tema é exposto ao aluno.

Em relação a esse aspecto do ensino das escolas pesquisadas, a Escola C retratou, de maneira ímpar, o termo “comunicação administrativa” inserido nos conteúdos programáticos da disciplina Administração em Enfermagem I e Deontologia, conforme se vê a seguir: “Unidade III – Relações de Trabalho e Qualidade de Vida na Enfermagem: relações interpessoais e comunicação administrativa”. Aqui ficou registrada, pela primeira vez de forma explícita, no decorrer da análise dos documentos, a intencionalidade de ensiná-lo.

Tal fato leva à constatação de que a comunicação administrativa era tratada de maneira pouco enfática, não sendo, em qualquer dos momentos analisados, o tema central das disciplinas examinadas, mas, mesmo assim, tendo sua participação assegurada, de forma constante, na formação de futuros enfermeiros.

Apesar disto, a importância no ensino da comunicação administrativa foi assunto de destaque para autores ao mencionarem que apesar da influência do avanço tecnológico na comunicação, efetivamente, na prática observava-se dificuldades de comunicação entre enfermeiros e equipe de enfermagem⁽²¹⁾. Os docentes do curso de Enfermagem questionavam então sobre o que, como e quando o estudante de enfermagem estaria aprendendo sobre o processo de comunicação e afirmavam que a comunicação em Enfermagem promove a comunicação interprofissional, com o cliente e a família⁽²²⁾.

Neste contexto, destacamos a comunicação como um dos elementos relevantes no processo de liderar do enfermeiro, pois, a maneira como se dá a transmissão de mensagem interferirá no resultado desejado, na definição de prioridades corporativas e estabelecimento de regras. Portanto, depreende-se que a comunicação está no núcleo da liderança, uma vez que esta estabelece um relacionamento interpessoal no qual os líderes influenciam pessoas para mudança via processo comunicativo^(23,24).

Um outro estudo⁽²⁵⁾ realizado em 2014 objetivou identificar as competências envolvidas no processo de aprendizado do estudante de Administração em Enfermagem, dentre elas, a “Comunicação”. Resultados sugerem que para liderar é preciso comunicar-se; dessa forma, se faz necessário o desenvolvimento de outros atributos relacionados à competência de comunicação, como habilidade de escrita e de comunicação.

Até aqui se tratou de descrever as bases conceituais da comunicação e o ensino da comunicação administrativa identificado nos registros documentais das cinco escolas analisadas, através da inserção desses conteúdos no ensino dos processos de trabalho administrar e assistir. Agora, tratar-se-á de analisar como se deu o ensino da comunicação administrativa através da dimensão “sistemas de informação”, conforme descrito a seguir.

Subcategoria Sistemas de Informação

Ao lançar reflexões sobre o ensino da comunicação administrativa à luz dos sistemas de informação, capturou-se a existência de um campo de investigação fértil, que se mostrou capaz de envolver expressivamente duas das escolas estudadas - a escola A e a escola B.

Na primeira escola, o ensino do conteúdo de sistemas de informação se deu através da disciplina Introdução à Informática Aplicada à Saúde que, desde sua criação, no ano de 1995, enfatizou a valorização dos registros e, por conseguinte, da comunicação administrativa, conforme já discutido anteriormente em outras categorias de análise.

Frente a essa percepção, torna-se oportuno declarar os trâmites do processo de criação e aprovação de disciplinas com essa temática, conforme identificado no Despacho Nº 044/95 emitido, em 19 de setembro de 1995, solicitando manifestação sobre a criação da referida disciplina.

Dando seguimento à descrição dos achados, registre-se que em 17 de outubro de 1995, o diretor da Faculdade de Medicina da Escola A manifestou-se favorável à criação da disciplina referida através do Expediente Nº 142/95. Nesse documento estava assegurado que a carga horária da disciplina seria de “quatro créditos (60 horas) e passaria a integrar o currículo do curso de Enfermagem a partir do ano de 1996”. De forma consistente, nos documentos emitidos pelo portal escola há manifestações que corroboravam a necessidade de aprovação e normatização da criação da disciplina “Introdução à Informática Aplicada à Saúde”, dentre eles o Ofício Nº 82/95, de 16 de outubro de 1995, aprovando a criação da disciplina, com quatro créditos (60 horas), para o curso de Enfermagem da Escola A.

Interessante notar que, quando a tecnologia começou a adentrar no ambiente de saúde, em momento coincidente com a efetivação das normas operacionais do SUS, que condicionavam o repasse de recurso financeiro aos órgãos públicos à prestação de informações em sistemas digitais, o conteúdo começou a ser valorizado para subsidiar o processo de trabalho administrar em saúde e não o de assistir em enfermagem.

O ensino do conteúdo “sistemas de informação” na escola E, em determinado momento, se concentrou nas disciplinas de Administração, mais precisamente nas disciplinas Administração Aplicada à Enfermagem e Administração em Enfermagem I. Aqui nota-se que o ensino da comunicação administrativa, embora ocupasse posição periférica em relação a outros conteúdos, se fez presente de forma vertical, o que faz crer que, muito provavelmente, no âmbito, buscava-se contemplar o objeto do presente estudo.

Nessa perspectiva de análise, passar-se-á a refletir acerca da última categoria, que tratará de dizer como se deu a organização da disciplina Administração. Essa está estruturada em três subcategorias de análise: Propostas de criação da disciplina Administração e Propostas de modificação na estrutura da disciplina Administração, conforme a seguir relatado.

Categoria Organização da disciplina Administração

Subcategoria Propostas de criação da disciplina Administração e seu estabelecimento na estrutura curricular

No transcorrer da análise dos dados capturados para o presente estudo, ficou evidente, nos registros emitidos pela Escola D, o processo de criação da disciplina Administração. Esse processo apresentou importantes marcos nos anos 2000 e 2001, conforme se pode depreender nos documentos referidos a seguir.

Em 2001, a coordenadora do Programa de Graduação em Enfermagem da Escola D enviou proposta de criação da disciplina “Administração em Enfermagem I, que seria contemplada com cinco créditos de aulas teóricas e sete de aulas práticas, totalizando 12 créditos, bem como de Administração em Enfermagem II, detentora de três créditos de aulas teóricas e sete de aulas práticas, com um total de dez créditos. Além disso, evidências mostram solicitação de exclusão da disciplina Administração da Assistência de Enfermagem I, II e Administração do Processo de Trabalho em Enfermagem”.

Sobre isso, sabe-se que, no ano de 2000, alguns documentos de solicitação de criação de tais disciplinas já tinham sido emitidos com a seguinte proposta: “No 7º período, propõe-se a criação da disciplina Administração em Enfermagem I e no 8º período, a disciplina Administração em Enfermagem II, em substituição às disciplinas Administração da Assistência de Enfermagem I, Administração da Assistência de Enfermagem II, bem como da Administração do Processo de Trabalho em Enfermagem”. Além disso, o documento informava que a disciplina Administração em Enfermagem II estaria vigente no final do curso de graduação em Enfermagem, no oitavo período, e com carga horária de dez créditos – 150 horas.

Em relação à exclusão em 2000, das disciplinas Administração da Assistência de Enfermagem I e Administração do Processo de Trabalho em Enfermagem, identificou-se, em outra fonte analisada, que essas haviam sido criadas no ano de 1995, pelo Departamento de Enfermagem Básica. Assim,

depreende-se que, sob o prisma da legislação vigente à época, tais transformações talvez sejam reflexo das Diretrizes Curriculares Nacionais datadas do ano de 2001.

Concomitantemente à perspectiva de criação de novas disciplinas de Administração nas escolas em estudo, percebeu-se o estabelecimento da estrutura curricular do Curso de Enfermagem a partir da premissa de que o currículo pleno seria constituído por matérias e disciplinas obrigatórias (ciclo pré-profissional), estágios supervisionados e disciplina optativa.

Em relação ao efetivo estabelecimento da disciplina Administração na estrutura curricular do curso de Enfermagem, esse parece não ter sido evidenciado no momento em que a disciplina Administração da Assistência de Enfermagem, que dispunha de 15 créditos, esteve diluída nas diversas disciplinas do curso, conforme sugerido pela Chefe do Departamento à Coordenadora do curso de Enfermagem, através do Ofício N° 48/95.

Tal estabelecimento se deu, de fato, no ano de 1997, conforme identificado no documento de equivalências, sequência aconselhada e pré-requisitos, das disciplinas da nova estrutura curricular que, dentre outras, contemplava a disciplina Administração em Enfermagem, com “carga horária de 570 horas.

Em se tratando do Programa da Disciplina Administração, talvez fique evidente, à luz do encontrado nas escolas estudadas, que a existência da disciplina Administração Aplicada à Enfermagem e Administração em Enfermagem I, efetivadas nos anos de 1994 e 1998, respectivamente, fortaleceu a existência de especificidade para o ensino da Administração na estrutura curricular do curso de Enfermagem.

Nesta perspectiva, pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem devem se aproximar do conceito de Rossi (2005)⁽²⁶⁾ de que é importante reconhecer o cuidado dentro de uma dimensão que extrapole o tecnicismo, sendo o ensino da comunicação administrativa caminho essencial ao alcance desta premissa.

Subcategoria Propostas de modificação na estrutura da disciplina Administração

As propostas de modificação na estrutura da disciplina Administração em Enfermagem começaram a ser retratadas a partir da movimentação docente em prol das alterações na Resolução UNESP N° 16, de 13 de março de 1996. Nessas manifestações, os docentes que ministravam aulas no curso de graduação em Enfermagem se reuniram e encaminharam tais alterações para apreciação do Conselho de Curso de Enfermagem, conforme observado em registro datado de 16 de outubro de 1996.

Nesse registro emitido pela escola A, a proposta era de que a disciplina Enfermagem em Centro Cirúrgico, nomeada “Assistência e Administração de Enfermagem em Centro Cirúrgico”, detentora de quatro créditos, tivesse sua nomenclatura e carga horária modificadas, respectivamente, para Assistência e Administração em Centro Cirúrgico e oito créditos.

Nesse contexto, a Administração foi se caracterizando como aquela em que os docentes responsáveis se manifestavam frente às mudanças, assim como ocorreu em todo o período de revisitação das legislações de ensino apresentadas até aqui, a fim de acompanhar as novas propostas curriculares.

Sob esse mesmo prisma, mudanças de pré-requisitos das disciplinas de Administração da Escola D foram evidenciadas no Processo N° 23071, em documento emitido em um de março de 2001, conforme descrito a seguir: “Em relação ao estágio curricular supervisionado I – Administração da assistência de enfermagem II – o pré-requisito será: Administração em Enfermagem I e em relação ao estágio curricular supervisionado II – Administração do processo de trabalho em enfermagem II – o pré-requisito será: Administração em Enfermagem II”.

Dentre as mudanças ocorridas na estrutura da disciplina Administração, a maior parte se deu na Faculdade de Enfermagem da Escola D, ratificando o referido anteriormente quanto ao caráter burocratizado e de valorização dos registros internos dessa escola, o que propiciou, de maneira peculiar, a reconstrução de sua história.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que todas as cinco instituições públicas de ensino pesquisadas, desde sua constituição até os momentos de criação e transformação dos cursos de Graduação em Enfermagem, obtiveram, em vários momentos, êxitos em suas ações e, paralelamente, se mostraram resilientes frente às sucessivas demandas da regulação da Educação, no período estudado – 1994 a 2001.

O estudo mostrou impactos no ensino decorrentes das mudanças na legislação, principalmente em decorrência da promulgação da Portaria N° 1721 de quinze de dezembro de 1994 e das Diretrizes

Curriculares Nacionais de 2001, que desencadearam contínuas mobilizações entre docentes, discentes e dirigentes das escolas, que se manifestavam individualmente ou coletivamente e de maneira peculiar frente às mudanças, em função dos aspectos que lhes desagradavam naquele momento, principalmente acerca de mudanças na carga horária, nomenclatura e pré-requisitos de disciplinas.

Em relação às influências de tais marcos históricos no ensino da temática, percebeu-se que, com a implantação do Currículo Mínimo em 1994, momento favorável a tal ensino devido à conjuntura proporcionada pela reserva de 15% da carga horária para o conteúdo de Administração, o ensino da comunicação administrativa no período e espaços estabelecidos para a pesquisa não foi influenciado de maneira reconhecidamente favorável.

Os conteúdos de disciplinas ministradas no Curso de Graduação em Enfermagem circundaram as bases ideológicas e teóricas da comunicação e o ensino de sua aplicação e, apesar de ter se dado destaque para a comunicação terapêutica, é preciso concordar que esta trouxe a base conceitual necessária ao ensino da comunicação administrativa, quando entendida dentro de um processo comunicativo.

O ensino da comunicação administrativa se deu num movimento oscilante e, apesar de ter sido mantido de forma constante no período estudado, não ocupava lugar central, sendo seu conteúdo pulverizado em diversas disciplinas e impossibilitado de manter uma identidade forte. Em determinado momento, esse ensino esteve fortalecido nas disciplinas que abordaram Informática aplicada à Saúde, através da dimensão “sistemas de informação” e, em momento ímpar, ficou registrada a intencionalidade de ensinar “comunicação administrativa” na descrição do conteúdo programático da disciplina Administração em Enfermagem I e Deontologia.

Portanto, a análise do ensino do conteúdo de comunicação administrativa nas escolas estudadas permitiu identificar uma abordagem com foco voltado à comunicação terapêutica, confirmando que a comunicação administrativa na Enfermagem se constitui em área ampla de ensino que necessita ser melhor explorada.

É importante declarar os limites do estudo determinados entre outras circunstâncias, pela impossibilidade de acesso direto ao acervo documental e pelo acesso parcial às fontes existentes na instituição, conforme ocorreu em algumas escolas selecionadas para a pesquisa.

Assim, estudos voltados à comunicação administrativa em enfermagem, visando a compreensão de como se dá esse processo na prática, ainda são um desafio e espera-se que este estudo possa colaborar para a reflexão sobre a importância do ensino do tema, nos cursos de graduação em Enfermagem.

O resultado deste estudo pode ainda orientar a comunidade acadêmica de Enfermagem a se dedicar para o ensino da comunicação administrativa nos cursos de graduação em Enfermagem, como também para o conhecimento das lacunas existentes na Estrutura do Conhecimento quanto a Prática de Administração de Recursos Tecnológicos e de Informação (Comunicação e suas tecnologias), visto que apresentaram pouca expressividade de produtos de pesquisa e mereceram atenção moderada, no período estudado, como se terminou por demonstrar.

REFERÊNCIAS

1. Teixeira RR, Cirino AP. As Ciências Sociais, a Comunicação e a Saúde. Ciênc. On line. Saúde Coletiva. [Internet]. 2003 [citado 2015 Out 15];8(1).
2. Oliveira ME, Fenili RM, Zampieri MF, Martins CR. Um ensaio sobre a comunicação no cuidado de enfermagem utilizando os sentidos. Enfer. Global. [Internet]. 2006 [citado 2015 Mai 10];5(1).
3. Rodrigues, MAS. A Importância da comunicação para a implementação da política nacional de humanização no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo. Organicom [internet]. 2012. [citado 2016 Jan 16]; ed.esp:16/17.
4. Santos MC, Bernardes A. Comunicação da equipe de enfermagem e a relação com a gerência nas instituições de saúde. Rev. Gaúcha Enferm. [Internet]. 2010 [citado 2015 Mai 27];31(2).
5. Kunsch MMK. A comunicação nas Organizações. In: Kunsch MMK. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. 4th ed. São Paulo: Summus, 2003. 70-87p.
6. Campos LF, Melo MRAC. Os desafios da comunicação administrativa na enfermagem. In: 8º Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem; 2002 Mai 1-6; Ribeirão Preto, Brasil. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2002.

7. Santos MC, Bernardes A. Comunicação da equipe de enfermagem e a relação com a gerência nas instituições de saúde. *Rev. Gaúcha Enferm.* [Internet]. 2010 [citado 2015 Mai 27];31(2).
8. Stefanelli MC. Comunicação enfermeira – paciente: teoria, ensino e pesquisa. [tese de livre-docência]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 1990.
9. Carvalho H. Reorganização do serviço de enfermagem em unidade hospitalar. *Enferm. Rev.* 1993; 1(2):239-45.
10. Moreira LC. A passagem de plantão enquanto processo comunicativo [dissertação]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 1989.
11. Souza MA et al. Reflexões sobre os processos de trabalho da enfermagem. 17º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem. Jun, 2013.
12. Lima MADS. Ensino de enfermagem: retrospectiva, situação atual e perspectivas. *Rev. Bras Enferm.* 1994;47(3):270-7.
13. Fernandes JD. Uma década de diretrizes curriculares nacionais: avanços e desafios na enfermagem. In: 13º Seminário Nacional de Diretrizes para educação em enfermagem (SENADEN), 2012; Belém: Universidade da Amazônia; 2012 ago. 30/set 1.
14. Brasil. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.
15. Brasil. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, aprovada em 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p.37.
16. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n.1721, de 15 de dezembro de 1994. Currículo mínimo para o curso de enfermagem. *Diário Oficial.* 1994 dez.15.
17. Formiga JMM, Germano MM. Por dentro da História: o ensino de Administração em Enfermagem. *Rev. Bras Enferm* 2005; 58(2):222-6.
18. Vale EG, Guedes MVC. Anova política de educação e suas implicações nos cursos de graduação em enfermagem – apreciação crítica da Associação Brasileira de Enfermagem. In: Anais do 51º Congresso Brasileiro de Enfermagem e 10º Congresso Panamericano de Enfermeira; 1999 out. 02-07, Florianópolis. Florianópolis: ABEn-Seção-SC; 1999. p. 370-9.
19. Ito EE et al. O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. *Rev. esc. enferm. USP.* 2006; 40(4):570-75.
20. FERRAZ, A.E.P. et al. O processo de comunicação em enfermagem: visão do aluno de graduação In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO EM ENFERMAGEM. 1, Ribeirão Preto. 1988. Anais. Ribeirão Preto. EERP-USP. 1988. p. 182-6 4.
21. Madeira LM, Matos SS, Magalhaes ZR. Ensino de comunicações no curso de graduação em Enfermagem da escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. *Rev. Esc. Enf. USP*; ago. 1994; 28(2): 199-214.
22. Balsanelli AP, Cunha ICKO. Liderança no contexto da enfermagem. *Revesc enferm USP* 2006; 40:117-22.
23. Marx LC. Competências da enfermagem: sedimentadas no sistema primary nursing. Petrópolis (RJ): EPUB; 2006
24. Caveião C, Zagonel IPS, Coelho ICM. Competências dos estudantes na disciplina de Administração em Enfermagem: pesquisa exploratório-descritiva. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 2014;13(4):1-7.
25. Azzolin, GMC. Processo de trabalho gerencial e processo de enfermagem na perspectiva de docentes de enfermagem. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, 143p.
26. Rossi AS, Casagrande LDRC. Processo de enfermagem: a ideologia da rotina e a utopia do cuidado individualizado. In: Cianciarullo TI, Gualda DMR, Melleiro MM, Anabuki MH. Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências. 3aed. São Paulo: Ícone; 2001. p.41-62.